

DINAMISMO GEOECONÔMICO E AGRONEGÓCIOS NO ESTADO DO CEARÁ APÓS OS ANOS 2000

GEOECONOMIC DYNAMISM AND AGRIBUSINESS IN THE CEARÁ STATE AFTER THE 2000s

ÁREA TEMÁTICA 3: HISTÓRIA E GEOGRAFIA ECONÔMICA

Eduardo von Dentz

Departamento de Geografia
Universidade Federal do Ceará – UFC
eduardovondentz@hotmail.com
(49) 99948-0012

RESUMO

A dinâmica produtiva dos agronegócios do Ceará possui forte relação com o regime de chuvas no estado, que varia a intensidade de ano em ano, entre uma estação seca e uma chuvosa. Apesar disso, o estado do Ceará, ao longo de sua trajetória geoeconômica, assentou-se no dinamismo econômico dos agronegócios (pecuária, frutas e grãos), que passaram por transformações, redefinindo suas características ao longo do tempo. O crescimento da economia brasileira após 2003 promoveu, na estrutura produtiva dos agronegócios do Ceará, significativas alterações geoeconômicas. Neste sentido, este texto tem por objetivo identificar as alterações geoeconômicas ocorridas nos principais agronegócios do estado do Ceará após o ano 2000. Metodologicamente, utilizou-se de três passos: levantamento bibliográfico e de dados; tabulação, organização e sistematização da bibliografia e dos dados; e, por fim, cruzamento das informações secundárias com a bibliografia levantada, o que gerou as análises que se encontram no artigo.

Palavras chave: Agronegócios; Dinâmica geoeconômica; Economias de aglomeração; Estado do Ceará.

ABSTRACT

The productive dynamic of agribusiness of the Ceará have trough relation with rainfall regime in the state, which varies the intensity from year to year, between dry season and rainy season. Despite that, the state of Ceará, throughout its geo-economic trajectory, based on the economic dynamism of the agribusiness (livestock, fruits and grains), that passed by transformations, redefining its characteristics over time. The growth of Brazilian economy after 2003s promoted, in the productive structure of the agribusiness of Ceará state, significant changes geo-economics. In this sense, the objective this text is identify the geo-economic alterations occurred in the principally agribusiness of the Ceará state after the 2000s. Methodologically, used three steps: bibliographic and data survey; tabulation, organization and systematization of the bibliographic and data; and, finally, crossing of the seconds information's with the bibliographical collected generating analyses, which can be found in the article.

Key words: Agribussines; Geoeconomic dynamics; agglomeration economies; State of Ceará.

1. INTRODUÇÃO

O estado do Ceará possui uma extensão territorial de 148.886 km², sendo o 17º maior estado do Brasil em área. Segundo o último censo do IBGE (2022), o estado possui 8.794.957 habitantes, o que significa o 8º estado mais populoso do Brasil. Entretanto, as estimativas lançadas pelo IBGE em 2024 apontam que o estado do Ceará alcançou 9.233.656 de habitantes. Na economia, o estado tem forte concentração nos setores de comércio e serviços, porém, há um dinamismo produtivo assentado na indústria e nos agronegócios¹, este último, a ser explorado nos estudos de geografia econômica. Esses agronegócios, originados a partir do processo de ocupação nos séculos XVII e XVIII e intensificados com a pecuária bovina e a cotonicultura no século XIX (Souza, 2005), passaram por transformações geoeconômicas, sobretudo a partir de 1960, quando é implementado no Brasil um conjunto de ações por parte do Estado visando a modernização da agricultura nacional (Revolução verde) (Graziano da Silva, 1998).

Essa modernização forjou o surgimento de diferentes agronegócios, que sob diferentes adversidades, não mediram esforços para elevar a produção agropecuária, aumentar os ganhos de escala, diversificar as atividades produtivas, incorporar sementes melhoradas e manejos zootécnicos melhorados, introduzir novos processos e produtos, implementar novas relações de produção, tornar a estrutura produtiva autossuficiente etc. Nos anos 1980 e na década de 1990, os agronegócios do Ceará passaram por um ciclo de crise, o que ocasionou o aumento das migrações para as cidades, principalmente para a região metropolitana de Fortaleza. Tratou-se de um intenso processo de reestruturação, com o aumento das fusões e aquisições das empresas agropecuárias, a desnacionalização de alguns segmentos, o aumento das terceirizações, a falência de algumas empresas e proprietários de terra, a incorporação de novas tecnologias, a maior especialização produtiva em substituição a cultura do algodão que entrou em forte declínio, o abandono e o redirecionamento para novas atividades produtivas, a redução do número de produtores e a ampliação da capacidade produtiva. Destaca-se ainda, no processo de reestruturação, os novos mecanismos de financiamento e de acesso ao crédito.

Essas transformações induziram muitas cidades a funções mais especializadas, decorrentes das demandas emanadas dos agronegócios. Elias (2007) salienta que “as cidades do agronegócio” aglutinam um conjunto de características que as tornaram mais propensas a se especializarem em função dos agronegócios. Por outro lado, também pode ser destacado os investimentos dos governos municipais, estadual e federal, além dos programas creditícios do Banco do Nordeste; visando a construção de cisternas, canais de água, açudes com função de servir de reservatório para água (se prevenindo no enfrentamento dos períodos de seca visando o acesso a água da população rural e a possibilidade da continuidade das atividades produtivas dos agronegócios – grãos, frutas e animais), dentre outros (Banco do Nordeste, 2024).

Em que pese a importância desses trabalhos, nota-se que há uma ênfase dada ao papel desempenhado pelo Estado e ao intenso processo de migração do campo para as cidades combinado com um processo de urbanização desordenada, sobretudo na Região Metropolitana de Fortaleza. Procurando deslocar a análise, este artigo tem por objetivo identificar as alterações geoeconômicas ocorridas nos principais agronegócios do estado do Ceará após o ano 2000. Trata-se de uma preocupação em desvendar essas alterações geoeconômicas tendo como ponto de partida os agronegócios.

O texto foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, documental e empírica. O levantamento bibliográfico englobou a leitura e análise de artigos, teses e dissertações, visando

¹ Os agronegócios são cadeias produtivas estruturadas pela fabricação de insumos, pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e pelo consumo final. Essas cadeias incorporam os serviços de pesquisa e assistência técnica, de transporte e comercialização, de crédito, de serviços portuários, dentre outros (CONTINI et al., 2006). Pode-se citar os tipos de agronegócios em escala que se dedicam à produção de grãos e carnes, e os agronegócios dedicados à produção de frutas, olerícolas e produtos que exigem o primado da qualidade (GONÇALVES, 2004).

avaliar e situar a bibliografia relacionada à temática exposta. Do ponto de vista operacional, trabalhou-se com as fontes primárias e secundárias de maneira contextualizada. Foram buscadas informações nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantamentos estatísticos e estudos no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e em algumas prefeituras municipais do estado do Ceará.

Do posto, visando alcançar o objetivo apresentado, o presente artigo é composto, além desta introdução e das considerações finais, de dois itens principais: um sobre o processo histórico de ocupação, os agronegócios e a construção do dinamismo geoeconômico no estado do Ceará; e o segundo item sobre os agronegócios e o dinamismo geoeconômico no estado do Ceará após o ano 2000.

2. PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO, AGRONEGÓCIOS E A CONSTRUÇÃO DO DINAMISMO GEOECONÔMICO NO ESTADO DO CEARÁ

A historiografia cearense é carregada de relações políticas, econômicas, sociais e culturais. Essas relações, durante o processo de constituição do território cearense, são inseparáveis das províncias da Paraíba, do Piauí, do Rio Grande do Norte e sobretudo do Pernambuco (Assis e Sampaio, 2012), que até hoje são os estados que se limitam com o Ceará. No âmbito do que se conhece hoje como regiões Norte e Nordeste do Brasil, no século XVIII até meados do século XIX, o Pernambuco se destacava econômica e politicamente pela sua centralidade açucareira, uma atividade baseada no trabalho escravo². Enquanto isso, em meados do século XIX, o Ceará dava sinais de que teria maior preponderância na produção de gado (carnes secas, peles e couros) e começa a se destacar na produção de algodão.

Neste contexto, as relações que se estabeleciam nas supracitadas províncias, inclusive no Ceará, eram de coronelismo e patrimonialismo, uma vez que em cada província algumas famílias tinham o controle dos recursos naturais (terra, água, animais etc) e sociais (mão de obra, estradas etc). Os proprietários de terras e de escravos eram homens da política, donos de boiadas, de estradas, embarcações, lavouras e imóveis urbanos. Neste contexto, Mattos (1999) salienta que a gênese dos movimentos econômicos do interior do Ceará no século XIX era de uma região de agricultura mercantil e escravista. Assim, do ponto de vista da sua constituição social, o Ceará se formou com a peculiaridade econômica de homens políticos diretamente envolvidos com as atividades agropecuárias de subsistência, principalmente a criação de gado (comércio de peles e carnes secas – charque), o cultivo do milho, do feijão, da mandioca, a extração da cera de Carnaúba, no algodão, no café e no cultivo da cana (muito mais para a produção de rapadura do que de açúcar como ocorria em Pernambuco).

Diante dessas características, formaram-se redes de comércio que abastecia as demandas do mercado provincial. Entretanto, o destino da maior parte do que se produzia se dirigia para as zonas de concentração de terras e proprietários de escravos na Zona da Mata de Pernambuco (Assis e Sampaio, 2012). Trata-se de uma ocupação dominante de europeus no Ceará, que se desenvolve no século XVIII, mas tem maior expansão geográfica no século XIX. É válido lembrar que Caio Prado Júnior (1978) pontou que ao Norte do rio São Francisco a ocupação fundante ocorreu no século XVIII, sendo a pecuária a atividade econômica basilar de todo o interior do Norte do que é hoje a região Nordeste do Brasil. A criação de gado pode ser considerada a indústria econômica da época, basilar na formação econômica e social específica do Nordeste brasileiro. É uma atividade que se caracteriza pelo isolamento, pela ocupação e fixação dos povos as margens de rios e pelo processo de reprodução social ligado à pecuária bovina.

Prado Júnior (1978) sinaliza que a pecuária nas regiões de sertão do Nordeste esteve mais envolvida com o trabalho livre e doméstico do que com o trabalho escravo. Todavia, quem abastecia

² Até o ano de 1799, o Ceará era uma capitania (nome dado pela metrópole portuguesa aos recortes administrativos e políticos na colonização) anexada a Pernambuco, sendo que era dessa centralidade econômica baseada no trabalho escravo que partiam os mandos políticos, as ocupações territoriais e as mais frequentes relações comerciais (Assis e Sampaio, 2012). Em Girão (2000) esse tema pode ser aprofundado.

esse sistema eram os braços negros, que pouco tempo tinham para produzir seu próprio alimento em função dos afazeres com a pecuária bovina. Com isso, áreas específicas dos sertões se especializaram na produção de alimentos que eram distribuídos para áreas como os sertões do Ceará, mais especializadas na pecuária bovina. Isso também ocorre em função de se tratar de ser mais em conta trazer alimentos de outros lugares do que suprimir tempo das atividades com o gado para produzir alimentos. A contabilidade da viabilidade econômica e das decisões como essas eram exclusivamente realizadas pelos proprietários de terras, de gado e de escravos.

Se destacam as margens dos rios e dos vales do Salgado, Acaraú, Banabuiú, Coreaú, Mundaú e sobretudo do rio Jaguaribe, ocupadas por boiadeiros e boiadas. Entretanto, esse processo de ocupação e fixação também foi marcado por inúmeros conflitos entre os povos nativos (indígenas) e os lusitanos, frente ao projeto de dominação dos portugueses sobre o Ceará. De acordo com Pinheiro (2000), na medida em que a produção açucareira se estendia pelo litoral do Nordeste, da Paraíba até a Bahia, a pecuária, enquanto atividade subsidiária da produção de açúcar foi se expandindo pelo interior. É neste contexto que ocorreu o processo de ocupação do interior da região Nordeste do Brasil, sobretudo dos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Na medida em que o processo de ocupação do interior foi ocorrendo, também foi se alastrando a produção pecuária.

Segundo Pinheiro (2000), entre 1654 e 1720, o Ceará era território dos indígenas que viviam em aldeias, com maior ocupação nas serras do Araripe, Apodi, Ibiapaba e nas margens de rios e vales, principalmente do Jaguaribe. Com a expansão da ocupação pelos lusitanos rumo ao interior do estado, os territórios indígenas foram diminuídos cada vez mais, na medida em que se acentuaram os conflitos e o genocídio por parte dos portugueses, culminando na guerra dos Bárbaros, a qual envolveu soldados, missionários, agentes da Coroa portuguesa e índios de diversas etnias do interior do Nordeste brasileiro (Puntoni, 1998).

Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, o Ceará permanece com predomínio socioeconômico baseado na pecuária. Neste período, o Ceará pode ser considerado um espaço de passagem para as boiadas que eram deslocadas entre o interior da Paraíba, Pernambuco e Piauí. Isso fez com que o comércio do Ceará formasse uma centralidade dividida no âmbito do espaço nacional, pois apresentava relações políticas e econômicas mais relevantes com o centro de Recife, São Luís e Belém, do que com a própria capital Fortaleza e a região central do Brasil. Assim, o movimento geoeconômico do interior do Ceará, do século XVIII até o final do século XIX, fez predominar a pecuária ligada aos portos de Aracati, Acaraú e Camocim, sendo que o porto de Fortaleza passou a ser um centro de convergência estadual somente com a expansão do algodão e do café para exportação entre final do século XIX e início do século XX (Souza, 2005). A produção de algodão e de café cearenses passou por uma primeira fase de expansão e chegou a ter maior atenção dos proprietários se comparado à pecuária, na segunda metade do século XIX.

Dessa maneira, ocorreu o melhoramento do sistema de transporte e dos portos, em especial de Fortaleza, para dar nova fluidez à esta produção ascendente. Com isso, ampliou-se a produção e exportação de algodão e café, pelo Ceará, tanto para o mercado internacional quanto para o mercado interprovincial. Na tabela 1 é possível perceber essa evolução entre 1850 e 1870.

Tabela 1: exportação de algodão e de café pelo porto de Fortaleza (1850-1870) em quilos

Anos	Quilos	
	Algodão	Café
1850	717.293	207.909
1852	991.628	442.192
1854	703.303	101.083
1856	904.334	83.930
1858	1.091.375	575.926
1860	863.479	1.293.300
1862	646.050	2.157.546
1864	1.403.261	454.280
1866	2.380.838	778.604
1868	4.686.300	50.800
1870	7.253.893	560.283

Fonte: adaptado de Assis e Sampaio (2012). Organizado pelo autor

Conforme a tabela 1, nota-se uma elevação significativa da exportação de algodão, que passou de 717 mil toneladas em 1850 para mais de 7,2 milhões de toneladas em 1870. O café também teve crescimento de exportação, entretanto, com menor expressão se comparado ao algodão. No ano de 1850 foi exportado 208 mil toneladas de café e no ano 1870 foram mais de 560 mil toneladas exportadas. O aumento desses segmentos produtivos fomentou a diversidade de pontos produtivos no estado, criando aglomerados produtivos e fomentando a rivalidade entre os produtores para ampliar a produção e a produtividade (Assis e Sampaio, 2012).

Vale acrescentar que a expansão das exportações de café e algodão estão ligadas a valorização desses produtos nos mercados da Europa, especialmente na França e Inglaterra. Isso foi consequência da guerra de Secessão norte-americana, ocorrida entre 1861 e 1865, um conflito que inviabilizou o monopólio comercial entre o império britânico e os EUA (que fora colônia inglesa), que passava por intensa expansão econômica no século XIX. Neste período, a Inglaterra foi buscar matéria prima em outras colônias, como a Índia. O Ceará não foi o único estado brasileiro que forneceu esses produtos para a potente indústria têxtil britânica, mas Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco também foram importantes fornecedores neste período. Neste contexto, o Ceará é anexado como fornecedor de produtos como algodão, café, peles, couros e carnes de gado para a Europa.

Esse ciclo econômico levou o Ceará a produzir um conjunto de comerciantes e negociadores, na grande maioria alocados em Fortaleza, que demandavam produtos mais sofisticados especialmente da França. Assim, ainda que de forma pouco expressiva, o Ceará passou a importar manufaturados para uma elite local que se formava em função das riquezas vindas do algodão e do café, principalmente (Assis e Sampaio, 2012). Diante disso, a partir de 1850 o estado do Ceará passou a ser foco de projetos ferroviários que pudessem ligar as áreas produtivas até os portos de exportação (nesse período, Fortaleza já centralizava a maior parte das exportações e importações do estado).

Assim, a primeira ideia de construção de ferrovias no Ceará é relacionada com a produção agropecuária, que evoluiu e passou a demandar sistemas mais eficazes de transporte de produtos. Dentre os principais projetos ferroviários do Ceará, destaca-se o que previa a ligação entre Aracati, Icó e Crato. De acordo com Assis e Sampaio (2012, p. 152),

O projeto Aracati-Icó-Crato, de 1872-1873, diferentemente dos projetos Fortaleza-Pacatuba-Baturité e Mundaú-Itapipoca-Imperatriz, foi um pedido ferroviário que iria ser produzido sobre um corredor espacial formado desde os tempos dos domínios portugueses. Na verdade, esse corredor entre Aracati-Icó foi o mais movimentado da província, formador de diversos currais, fazendas, vilas e cidades ao longo da estrada principal. Seguindo o leito do rio Jaguaribe, o corredor acabava por articular o litoral com Icó, cidade configurada territorialmente como o maior entreposto, e ligava a província, no lado ocidental, ao Piauí; ao sul, a Crato e Pernambuco, e ao oriente, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Além disso, Icó também era o ponto de encontro dos povoados do centro do sertão, como Quixeramobim

e Quixadá. [...] O projeto ferroviário Aracati-Icó-Crato não era um mero pedido de concessão ferroviária, e sim o alimento para a rivalidade que existia entre os que negociavam em Aracati e os que negociavam em Fortaleza. Essa disputa era a própria comprovação da tese da centralidade dividida no Ceará, de formações espaciais com temporalidades diferentes e com articulações desiguais, em que a autonomia estava, em grande parte, em Recife, ou mesmo com as casas estrangeiras, e não com Aracati.

Neste sentido, embora o projeto Aracati-Icó-Crato seja considerado o mais relevante do estado do Ceará, foi o projeto Fortaleza-Paracatu-Baturité-Crato, em meados dos anos 1870, que começou a ser construído materialmente, desbancando o projeto Aracati-Icó-Crato, que foi a principal rota da colonização portuguesa e o caminho geomorfológico mais favorável para a circulação mais rápida entre as vilas e pequenas cidades. Assim, a construção da ferrovia Fortaleza-Pacatuba-Baturité-Crato consolidou a hegemonia que já estava se constituindo por uma elite local em Fortaleza. Isso ocorreu no segundo reinado, na oligarquia Pompeu, com a figura central do senador Pompeu, que foi artífice do poder imperial, da classe senhorial e da ciência moderna do final do século XIX.

Essa estrada de ferro em Fortaleza significou um simbolismo de progresso, para a captura do comércio das serras e dos sertões do Ceará. Significou a concretização do poder de uma classe senhorial em formação, comandada pelo senador Pompeu, que dominava as riquezas agropecuárias (algodão, café, couros, peles e carnes secas). Essa classe controlava os negócios, os empréstimos pelo governo provincial da capital, a venda da ferrovia para o império em 1877 (em função de uma grande seca e da conseqüente queda na produção) que continuou a obra. Essas questões, de maneira geral, fizeram com que o ramal Fortaleza-Pacatuba-Baturité-Crato se consolidasse na única ferrovia que foi construída e que é determinante para tornar Fortaleza o novo centro comercial e portuário do estado do Ceará. Isso foi fundamental para desconstruir a ideia de que haviam centralidades no estado do Ceará que o dividiam em regiões desintegradas. Assim, conforme argumentam Assis e Sampaio (2012), os avanços dos agronegócios do Ceará até o século XX foram muito determinados pelo papel das elites regionais espalhadas pelo estado, pela construção de ferrovias (ou seus projetos) e pela predominância de produtos como café, algodão, carnes de sol, peles e couros. Vale lembrar que a produção desses segmentos não é de uma progressão ininterrupta, pois como um todo, o Ceará é um estado muito atingido por secas severas, o que faz com que algumas safras sejam muito inferiores que outras.

No caso do algodão, produto que se fortaleceu na economia cearense ao longo de muitos anos dos séculos XIX e XX, ocorre uma forte decadência do setor a partir dos anos 1970. Isso ocorre principalmente em função da praga do bicudo (bicudo da algodoeira), fazendo com que o produto praticamente desaparecesse do cenário produtivo. Dessa forma, pode-se dizer que até o final do século XX o algodão não recuperou mais seu relevo econômico no estado do Ceará, embora ele ainda esteja presente no cenário produtivo dos agronegócios do estado, de maneira pouco expressiva.

A partir do século XX essa realidade se modifica. Mais especificamente nos anos 1960, com a chamada revolução verde³, o estado do Ceará desenvolve segmentos produtivos dos agronegócios com maior emprego da técnica, da ciência e da informação. Entretanto, é preciso pontuar que a desigualdade regional no Brasil não permitiu que o emprego dos pacotes tecnológicos da revolução verde ocorresse de forma homogênea no território nacional, assim, o Ceará e outros estados do Nordeste entram nesse processo de forma mais lenta, não se enquadrando, num primeiro momento, ao centro dinâmico dos agronegócios do Brasil. Entretanto, como será visto no item 3, a partir dos anos 2000 é que ocorre uma forte expansão e diversificação dos agronegócios no estado, consolidando-se como um importante produtor de alimentos, para além das culturas do algodão, do café e de carne, pele e couro de bovinos; setores consolidados como parte da dinâmica econômica do estado desde o século XVIII.

³ A revolução verde foi a implementação na agricultura como um todo, de um conjunto de medidas que visavam o melhoramento técnico, científico e tecnológico da produção. Os pacotes tecnológicos passaram a integrar o antes, o durante e o depois da porteira de uma forma mais industrial. Com isso, pode-se dizer que a agricultura passou a caminhar para se tornar um verdadeiro braço da indústria. Mais esclarecimentos em: (Mazoyer; Roudart, 1997).

Na tabela 2 é possível observar a (in)evolução dos principais produtos dos agronegócios do Ceará, tanto das lavouras temporárias quanto das lavouras permanentes, entre os anos 1974 e 1999. Para isso, considerou-se as quantidades produzidas em toneladas.

Tabela 2: quantidade produzida (em toneladas) dos principais agronegócios de lavouras temporárias e permanentes do estado do Ceará (1974-1999)

Tipo/Ano	1974	1980	1986	1990	1997	1999	Variação (%) entre 1974- 1999
Abacate	43.954	54.708	15.825	13.166	17.091	44.735	0,17%
Algodão⁴	8.100	10.530	68.357	17.164	15.697	38.757	378%
Algodão⁵	213.692	131.250	30.478	18.799	541	1.070	-1996%
Amendoim	4.712	420	773	695	848	1.270	-271%
Arroz	63.290	18.000	153.446	124.959	119.466	129.582	104%
Banana	67.500	45.750	30.731	32.160	31.329	34.865	-93%
Batata doce	22.095	11.615	9.356	9.984	3.338	3.724	-493%
Café	2.738	6.938	3.376	6.732	4.115	4.175	52%
Castanha de caju	-	-	-	52.224	48.464	77.113	47% (entre 1990 e 1999)
Cana de açúcar	3.120.000	1.350.000	2.444.294	2.723.911	1.244.961	1.942.958	-60%
Coco-da-baía	75.000	117.500	81.107	133.880	104.346	187.045	149%
Feijão	83.228	51.000	112.868	76.529	133.769	189.824	128%
Laranja	151.912	112.500	96.614	85.019	79.707	86.785	-75%
Limão	36.237	49.190	107.443	85.586	64.574	66.249	82%
Mamão	1.150	1.679	1.955	638	22.036	40.271	350%
Mandioca	811.480	1.085.000	1.120.848	1.009.511	323.691	517.706	-56%
Manga	356.653	364.868	124.865	118.911	127.806	140.706	-153%
Maracujá	-	-	-	129.113	245.287	145.410	12% (entre 1990 e 1999)
Melancia	3195	674	223	712	1408	1275	-150%
Melão	22	14	-	7.110	25.205	30.995	1.308%
Milho	182.658	96.000	276.337	120.581	272.179	443.417	142%
Tangerina	21.894	29.782	10.886	14.904	18.350	25.980	19%
Tomate	13.377	25.000	50.026	72.621	78.011	73.837	451%

Fonte: IBGE/Sidra (2023). Organizado pelos autores

Conforme a tabela 2, confirma-se a perda de importância do algodão (embora o tipo herbáceo tenha apresentado crescimento, se somado com o do tipo arbóreo houve forte queda). Ademais, outras culturas apresentaram queda nas quantidades produzidas, tais como: amendoim, banana, batata doce, cana de açúcar, laranja, mandioca, manga e melancia. As culturas do abacate, do maracujá, do café e da tangerina apresentaram aumentos pouco expressivos, sendo possível apontar para uma estabilidade nas quantidades produzidas. Entretanto, a produção de tomate, milho, melão, mamão, limão, feijão, coco-da-baía, castanha de caju e arroz apresentaram altas consideráveis, variando de 47% de aumento até 1.308% de aumento nas quantidades produzidas. Neste aspecto, vale destacar a evolução produtiva da cultura do melão, que saiu de 22 toneladas em 1974 para quase 31 mil toneladas em 1999. Vale destacar o vale do Jaguaribe, em municípios como Limoeiro do

⁴ Do tipo herbáceo em caroço.

⁵ Do tipo arbóreo em caroço.

Norte e Russas, como importantes produtores do melão, com volumes expressivos voltados para exportação (sobretudo a partir dos anos 2000, como se verá no item seguinte do texto).

Já nas quantidades produzidas dos produtos de origem animal, há um outro cenário a ser considerado, conforme apontam os dados da tabela 3.

Tabela 3: quantidade produzida dos principais agronegócios de origem animal do estado do Ceará (1974-1999)

Tipo/Ano	1974	1980	1986	1990	1997	1999	Varição (%) entre 1974-1999
Leite (mil litros)	158.682	190.563	226.866	293.562	387.990	325.267	104%
Ovos de galinha (mil dúzias)	12.877	44.282	103.702	118.134	86.447	86.123	568%
Mel de abelha (kg)	88.280	146.455	298.713	425.175	485.211	521.119	490%
Bovinos (cabeças)	2.041.562	2.433.952	2.605.243	2.621.144	2.410.956	2.167.525	6%
Equinos (cabeças)	156.700	185.466	231.653	231.894	140.378	134.568	-16%
Suínos (cabeças)	782.447	917.417	1291.171	1.373.179	1.081.875	1.006.062	28%
Caprinos (cabeças)	720.016	813.129	1.029.263	1.115.993	810.730	773.102	7%
Galináceos (cabeças)	7.007.127	12.755.234	20.033.523	23.027.749	21.180.032	21.307.418	204%

Fonte: IBGE/Sidra (2023). Organizado pelos autores

Conforme os dados da tabela 3, apenas o rebanho da produção de equinos apresentou queda de 16% entre os anos 1974 e 1999. O rebanho de bovinos e caprinos apresentaram estabilidade, com crescimento de 6% e 7%, respectivamente. A produção de suínos, por sua vez, teve acréscimo de 28% no mesmo período, ao passo que o rebanho de frangos (galináceos) mais que dobrou, ultrapassando os 21 milhões de cabeças; paralelamente, a produção de leite também dobrou sua quantidade, atingindo a marca de 325 milhões de litros em 1999, enquanto em 1974 era de 158 milhões de litros. Entretanto, os segmentos que mais se destacaram foram: mel de abelha e de ovos de galinha. No caso do mel de abelha o crescimento foi de quase 500%, atingindo a marca de 521 mil toneladas em 1999, enquanto no ano de 1974 era apenas 88 mil toneladas. No caso de ovos de galinha, a produção ultrapassou 86 mil dúzias em 1999, ao passo que em 1974 cerca de 13 mil dúzias.

Dessa maneira, de forma geral, considerando os dados das tabelas 2 e 3, nota-se um avanço dos agronegócios de origem animal (com exceção de equinos) e de alguns agronegócios de origem vegetal, como é o caso do coco-da-baía, mamão, melão, tomate e milho. Entretanto, é importante considerar que o final dos anos 1980 e os anos 1990 foram muito difíceis do ponto de vista das crises econômicas no período, o que pode ter refletido no recuo de produção de inúmeros agronegócios (tabelas 2 e 3). Paralelamente, a crise faz com que novas alternativas sejam encontradas pelos produtores frente as dificuldades de produção e frente a uma sociedade cada vez mais urbana (no Ceará, os anos 1980 e 1990 foram de intenso processo de migração do campo para as cidades – especialmente para a RMF⁶). Com isso, alguns agronegócios se sobressaem como alternativa das cadeias produtivas estranguladas por pragas, secas severas ou pela própria ausência da demanda pelo consumo local-regional e de exportação.

⁶ Região Metropolitana de Fortaleza.

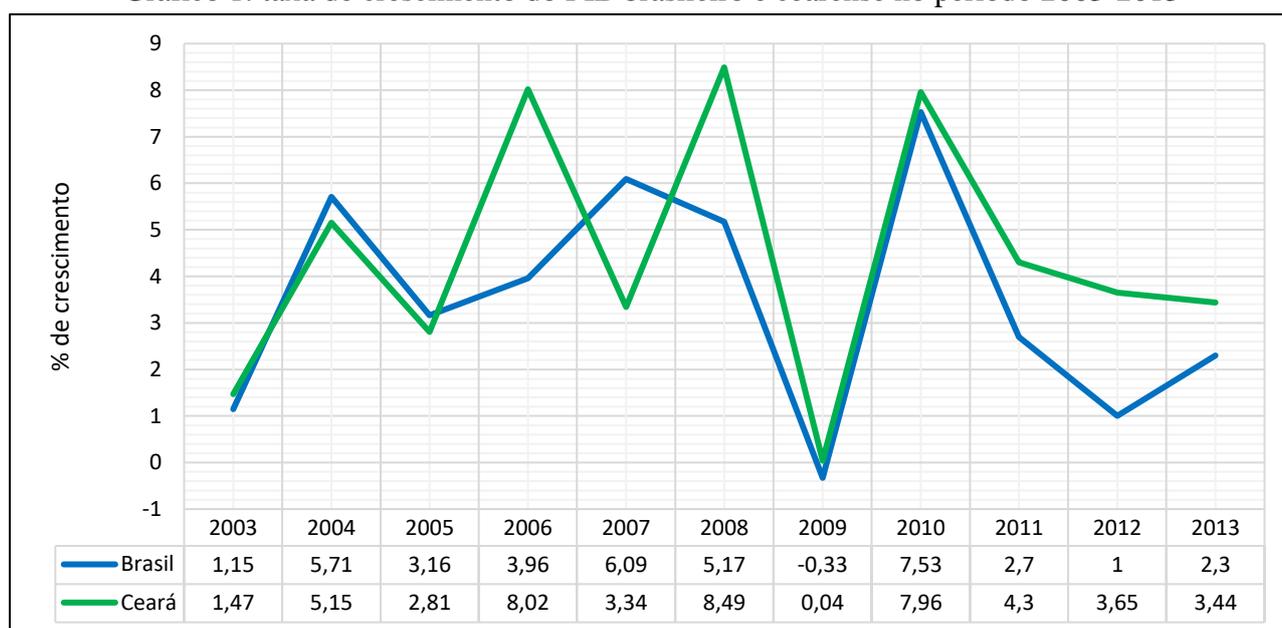
Diante disso, no tópico a seguir será abordado sobre as transformações da dinâmica produtiva dos agronegócios após os anos 2000, período em que o Brasil volta a crescer e a se destacar economicamente no cenário internacional.

3. AGRONEGÓCIOS E DINAMISMO GEOECONÔMICO NO ESTADO DO CEARÁ: dos anos 2000 até 2023

Entre os anos 2003 e 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu em média 3,49% (Gráfico 1). Esse dado confirma que ocorreu um ciclo expansivo, decorrente de fatores internos (valorização do salário mínimo, queda na taxa de desemprego, aumento do crédito, aumento dos investimentos privados, dentre outros; que resultaram numa onda de inversões centradas na expansão, diversificação e inovação da economia) e externos (liquidez financeira mundial, baixa taxa de juros no mundo, aumento das exportações, aumento dos investimentos externos diretos principalmente no setor de serviços, a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares, dentre outros) (Bielschowsky, 2013)⁷.

Já o PIB do estado do Ceará, entre 2003 e 2013, cresceu em média 4,42% (Gráfico 1), apresentando um desempenho superior ao do PIB nacional. Desse modo, o PIB do Ceará passou de R\$55 bilhões em 2003 para R\$105 bilhões em 2013, com crescimentos anuais em alguns anos acima dos 8%, como ocorreu nos anos de 2006 e 2008, muito acima do crescimento nacional. No gráfico 1 é possível visualizar e comparar as taxas de crescimento do PIB do Ceará e do Brasil, do ano 2003 até 2013.

Gráfico 1: taxa de crescimento do PIB brasileiro e cearense no período 2003-2013



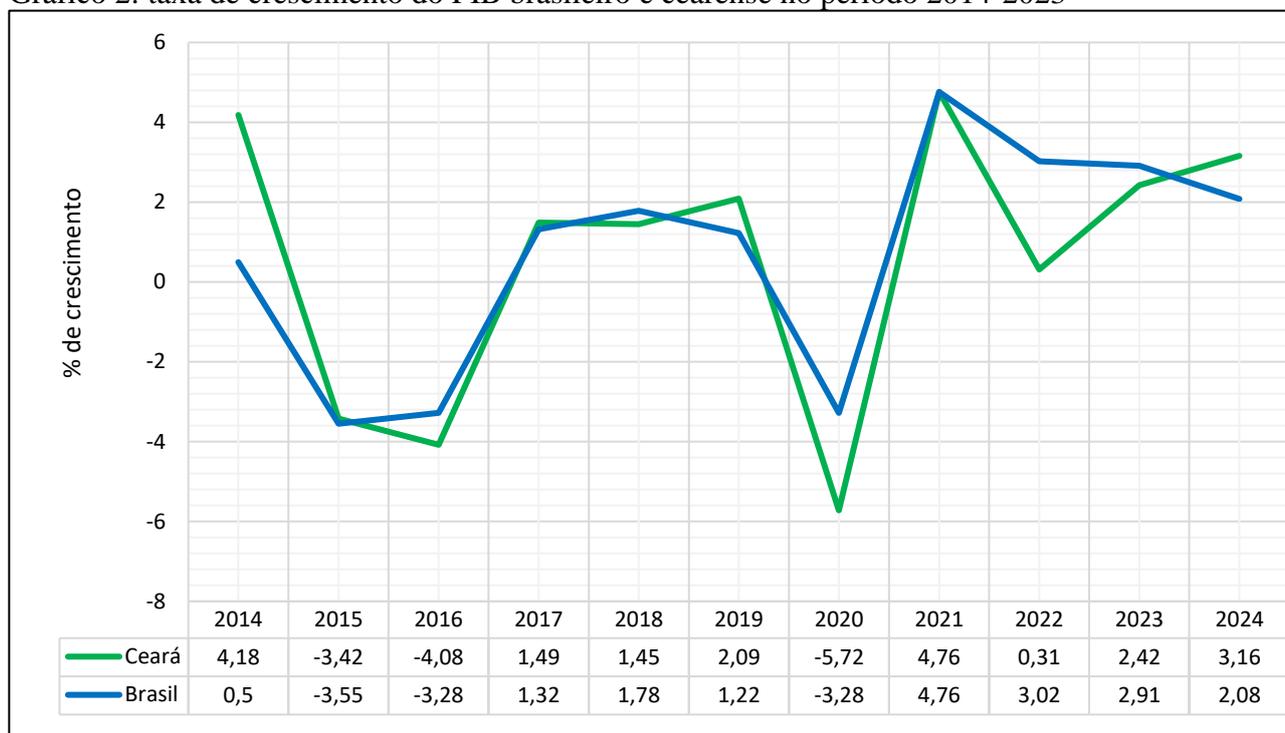
Fonte: IBGE e IPECE, 2014

Conforme pode ser observado no gráfico 1, o crescimento do PIB do Ceará acima da média nacional permitiu um ganho da participação do Ceará na economia brasileira, que era de 1,89% no ano de 2007 e atingiu a marca de 2,21% no ano de 2013. Ademais, o Ceará figura entre as três maiores economias do Nordeste do Brasil, disputando o topo com os estados da Bahia e de Pernambuco (IPECE, 2014). É importante destacar que os dados do gráfico 1 representam uma janela de crescimento da economia brasileira, com rebatimento positivo na economia do Ceará. Entretanto, nos anos subsequentes essa realidade muda, pois verifica-se que o Brasil cresceu a taxas mais baixas,

⁷ Barbosa (2013) explica que a política econômica (Lula e Dilma) foi marcada pela evolução dos termos de trocas internacionais do Brasil, redução da fragilidade da economia brasileira, expansão dos salários reais e redução da taxa de desemprego, inclusão social via programas sociais (bolsa família), aumento do volume de crédito, entre outros.

puxando economias estaduais muito baseadas no comércio e nos serviços, como é o caso do estado do Ceará, para baixo. No gráfico 2 (período 2014-2023) é possível analisar essa diferença de crescimento, e compará-la ao que foi o crescimento apresentado no gráfico 1.

Gráfico 2: taxa de crescimento do PIB brasileiro e cearense no período 2014-2023*



Fonte: IBGE e IPECE, 2024.

*Nota: os dados de 2022 e 2023 são estimativas sujeitas à revisão e os dados de 2024 são previsões sujeitas à revisão, conforme o IPECE (2024).

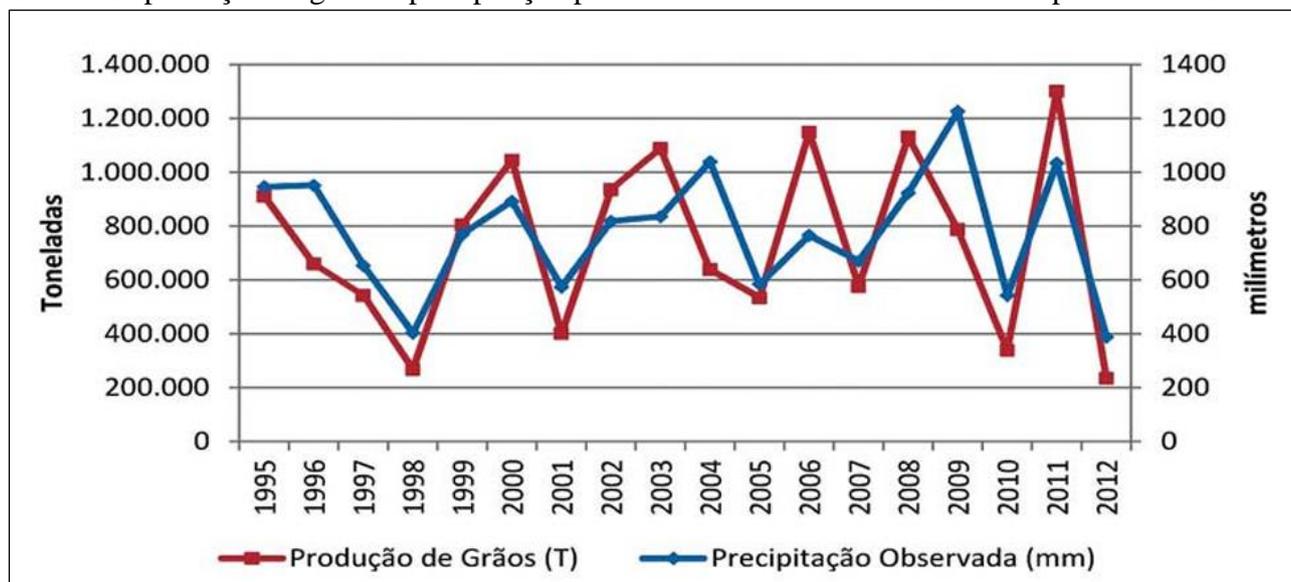
Conforme pode ser observado no gráfico 2, o crescimento do PIB do Ceará, de maneira geral, seguiu a linha do crescimento nacional, no entanto, nos anos de 2020 e 2022 esteve abaixo do PIB nacional em pelo menos 2 pontos percentuais de diferença. No ano de 2020 a queda no crescimento se explica pela pandemia, que teve grande impacto nos setores produtivos e no Ceará o impacto foi maior do que Brasil, muito em função da perda de possibilidade de geração de renda através da economia informal. Já no ano de 2022, a diferença entre o PIB cearense e o PIB brasileiro pode estar relacionado com a descontinuidade de políticas públicas de transferência de renda, que afetam diretamente setores como comércio e serviços. Diante disso, entre os anos de 2014 e 2022, a média de crescimento do PIB do Ceará foi de 0,35% ao ano (o dado do ano de 2024 não foi considerado nesta média tendo em conta que ainda é uma previsão do IPECE). Paralelamente, no mesmo período, a média de crescimento do PIB brasileiro foi de 0,54%, ou seja, acima da média do estado do Ceará. Essas constatações permitem dizer que entre os anos 2002 e 2013 (Gráfico 1), quando a economia brasileira passou por um período virtuoso de crescimento, a economia do Ceará, ainda desassistida de uma indústria pujante na participação da composição do PIB, se apresentou como mais aquecida em razão do aumento do consumo das famílias e de atividades como turismo e produção agropecuária. Por outro lado, no período entre 2014 e 2023, tanto no Brasil quanto no Ceará, praticamente não houve crescimento econômico, o que pode ser explicado pela falta de uma política robusta de crédito e de fomento ao financiamento dos setores produtivos, bem como a elevada concentração de renda associada aos cortes severos em políticas sociais de transferência de renda para famílias pobres, especialmente programas como bolsa família e minha casa minha vida.

Essas questões, por mais que possam parecer descoladas de setores produtivos como os agronegócios, estão diretamente relacionadas, haja vista que a produção de alimentos também é afetada quando ocorrem crises econômicas como essa demonstrada no período analisado no gráfico 2. Entretanto, diferentemente de outros setores produtivos, o setor de alimentos, em geral, é um dos

últimos a entrar em crise e um dos primeiros a sair da crise. A razão disso é que as pessoas podem optar, em períodos de crise, por deixarem de consumir inúmeros produtos, mas não poderão deixar de consumir alimentos, sendo este o último item da lista a ser evitado de consumir em períodos de crise. Esse raciocínio pode ser verificado a partir das tabelas 4 e 5, que apresentam aumentos significativos de alguns agronegócios nos últimos anos, apesar do período de crise (outros passaram a produzir menos, é verdade, mas isso se deu, para além da crise, por outros fatores que serão analisados adiante).

Neste sentido, cabe inferir que a produção agrícola do estado do Ceará, para além dos aspectos econômicos supramencionados, é muito afetada pelo regime de chuvas. Assim, a variação nas quantidades produzidas, sobretudo de grãos e de frutas não irrigadas, é bastante atrelada ao potencial das chuvas, o que pode variar significativamente de um ano para outro. No gráfico 3 é possível comparar a quantidade total de produção de grãos (em toneladas – linha vermelha) e o quantitativo de milímetros precipitados por ano (linha azul). Fica claro que nos anos em que houve uma precipitação de chuva acima de 800 milímetros, a produção de grãos também aumentou consideravelmente, atingindo quantidades importantes. Um exemplo, ao analisar o gráfico 3 pode ser o ano de 2008, no qual choveu cerca de 900 milímetros e a produção de grãos passou de 1,1 milhão de toneladas no estado, sendo, portanto, sintomático o aumento das quantidades produzidas de grãos com o aumento no regime de chuvas (Gráfico 3).

Gráfico 3: produção de grãos e precipitação pluviométrica no estado do Ceará no período 1995-2012



Fonte: IBGE e Ipece, 2014

Neste sentido, o perfil recente da agropecuária do Ceará indica para uma forte tradição na produção de grãos e de animais. A produção de grãos se concentra nas culturas temporárias de milho, feijão e arroz, entretanto, há outras culturas menos relevantes presentes no cenário produtivo dos agronegócios do estado do Ceará. Pode-se tomar como exemplo o ano de 2011, no qual o regime de chuvas foi mais adequado, resultando em resultados positivos para a agricultura. Dessa forma, a produção de milho no estado do Ceará respondeu por 70,5% da produção de grãos no ano de 2011, a produção de feijão respondeu por 20,4% e a produção de arroz por 7,2%. Ou seja, no ano de 2011, os três produtos responderam por 97,9% da produção de grãos na agricultura cearense (IPECE, 2014). É verdade que essas participações se alteram de acordo com o contexto climático, mas em geral, a ordem de importância desses produtos acaba se mantendo. Ademais, a agricultura de pequena escala, sendo esta a predominante, pode ter um alto retorno para o produtor, especialmente quando há um canal de comercialização fortalecido com estabelecimentos comerciais, empresas processadoras de alimentos e outros (IPECE, 2014).

De acordo com o IPECE (2014), outra forma de observar o desempenho dos agronegócios do Ceará é comparando-os com os demais estados da região Nordeste (sem desconsiderar que boa parte da região sofre com as adversidades climáticas de forma semelhante ao que ocorre no Ceará). Assim, observa-se que o Ceará tem perdido participação na produção de milho da região Nordeste. Neste quesito, o Ceará já produziu 28,4% da produção regional no ano de 2002, enquanto em 2011 (um ano de boa precipitação de chuvas) essa participação caiu para 18,2%. É importante lembrar que áreas muito grandes foram abertas e incorporadas ao cenário produtivo nos estados da Bahia, Maranhão e Piauí, com uso intensivo de tecnologias, sementes melhoradas, manejo e acompanhamento técnico, dentre outros; sobretudo na produção de milho, soja e feijão de sequeiro. Isso fez com que o Ceará perdesse participação no espectro regional.

As análises do IPECE (2014) também indicam que apesar dos inúmeros esforços empreendidos em relação à agricultura de sequeiro, as intercorrências climáticas são um problema sério, fazendo da agricultura uma atividade de alto risco e alta vulnerabilidade. Ademais, no Ceará, inúmeros programas foram implementados para o desenvolvimento da agropecuária. É o caso do Programa de distribuição de sementes de alta qualidade para agricultores familiares, o programa de regularização fundiária, a assistência técnica (estadual e municipais), além da implantação de pequenos sistemas de produção e agricultura irrigada em maior quantidade. Esses programas visam apoiar o desenvolvimento da agricultura sem desconsiderar os desafios impostos pela natureza. Na medida em que é explorado os diferenciais da agricultura e se procura agregar valor nos agronegócios, as possibilidades de crescimento tendem a aumentar.

Entretanto, as soluções e os programas que são implementados ao longo dos anos na agricultura e na pecuária do Ceará, precisam ser feitas entendendo as limitações e vantagens comparativas, onde a produção de grãos, em si, não deve ser o carro chefe dos agronegócios, e o caminho mais adequado pode se desenhar na direção de produzir produtos diferenciados com alto valor agregado. Esse pode ser apontado como um caminho seguido pelos agronegócios de frutas (fruticultura), que vem demonstrando uma evolução muito importante nos últimos anos, com o aumento da produtividade e a inserção nos mercados nacional e internacional. Isso fez com que a renda se elevasse significativamente, tanto por parte dos produtores quanto por parte da mão de obra empregada. É o caso dos cultivos de mamão, melão, melancia e castanha de caju, por exemplo. Também tem sido o caso da produção de mel de abelha, a partir do selo de qualidade que deriva de um mel diferenciado por conta das floradas da Caatinga, muito aceito no mercado nacional e internacional (IPECE, 2014).

No caso da produção de melão, o IPECE (2014) chama a atenção para o desenvolvimento no estado do Ceará de uma irrigação especializada para essa cultura nos últimos anos, estimulado por uma demanda internacional desse produto que puxa os preços para cima. A região do vale do Jaguaribe tem expandido muito a produção de melão nos últimos anos, mas também há outras áreas que a produção de frutas pode se desenvolver mediante investimentos e incentivos creditícios. Neste sentido, no ano de 2002, o Brasil representava 0,7% da produção mundial de melão, seguindo numa trajetória de crescimento até atingir 1,8% da produção mundial em 2012. Neste contexto, o estado do Ceará representou, em 2012, mais de 38% da produção nacional de melão. O principal destino das exportações foi a Holanda, que no ano de 2012 comprou mais de 44% de tudo o que o Ceará exportou de melão, seguido pelo Reino Unido, com mais de 31% de participação nas vendas externas de melão do estado do Ceará.

Também deve ser destacado o crescimento na produção dos agronegócios de maracujá, melancia e banana, que apesar da dependência do regime de chuvas (na grande maioria das propriedades não há sistema de irrigação adequado ou eles simplesmente não existem), tem apresentado crescimento nos últimos anos. No caso do maracujá, por exemplo, no ano de 2002 o estado do Ceará era o terceiro maior produtor do Nordeste e passou para o segundo maior produtor em 2012, atrás apenas da Bahia. Em 2012, a Bahia e o Ceará computados juntos, somaram quase 90% da produção de maracujá da região Nordeste do Brasil (IPECE, 2014).

Outro destaque deve ser atribuído a produção da castanha de caju. Apesar de passar por períodos de crise, a cajucultura é parte da história dos agronegócios do Ceará. Nos últimos anos, o

baixo preço pago aos produtores tem sido apontado pelos mesmos como uma causa da queda na produção, impactando diretamente na renda extraída da atividade. Ao lado disso, a grande proporção de cajueiros em idade avançada, aliada à falta de investimento na fertilidade do solo e tratos culturais adequados, tem forjado uma diminuição importante da produtividade do caju. Os dados apontam para picos de produção como é o caso de 2002, que a produção chegou a 102,4 mil toneladas, caindo para 38,6 mil toneladas em 2012 (IPECE, 2014). Isso afetou a participação do Ceará na produção da região Nordeste, que apesar de ainda ser o maior produtor da região, viu sua participação cair de mais de 63% no ano de 2002 para 50% no ano de 2012. Portanto, acredita-se que novos investimentos, novas estratégias de manejo técnico e sistemas inteligentes de irrigação desenvolvidos em parceria com as empresas públicas e privadas de pesquisa em agropecuária sobre a cajucultura, pode fazer o caju voltar a ser um dos agronegócios mais importantes do Ceará, retomando patamares que o estado já alcançou no início dos anos 2000 em representação sobre a produção da região Nordeste do Brasil.

Outro destaque também deve ser atribuído ao crescimento da produção do agronegócio do coco da baía. No ano 2002 o estado do Ceará representava 14,5% da produção do coco da baía da região Nordeste do Brasil, sendo que atingiu mais de 20% no ano de 2012. Isso se deve ao melhoramento de manejo das plantações, melhoria na assistência técnica e irrigação controlada em lavouras plantadas. Dessa forma, as pesquisas desenvolvidas sobre os agronegócios do estado do Ceará, indicam que a agricultura irrigada se apresenta como uma das possibilidades reais de obtenção de lucro nas lavouras temporárias e permanentes, entretanto, se faz necessário ter estratégias e políticas bem definidas para permitirem seus avanços e que os agricultores possam explorar o potencial que existe a partir da irrigação controlada, nas mais diferentes culturas temporárias ou permanentes passíveis do seu uso (IPECE, 2014).

Neste sentido, o IPECE (2014) chama a atenção para o fato de que é preciso ter uma base de estudo para propor modelos de irrigação de sucesso para os agronegócios do Ceará, levando-se em conta o potencial da atividade em termos de concentração e distribuição de renda e a eficiência na utilização dos recursos naturais, sobretudo a água. Neste contexto, a perspectiva de buscar a diversificação e a especialização da produção com maior valor comercial agregado, inserindo empresas que possibilitem o processamento e a industrialização dos produtos básicos, bem como sua inserção nos mercados consumidores; tendem a ser possibilidades concretas para os agronegócios das lavouras temporárias e permanentes do estado do Ceará.

Na produção pecuária, o Ceará também possui uma diversidade de agronegócios a ser explorar. No caso da produção bovina, que faz parte da história da formação econômica e social do estado, dando origem inclusive a cidades e vilas, trata-se de uma prática muito presente em inúmeros municípios do interior, tendo papel relevante na dinâmica econômica do estado. No ano de 2012, o rebanho bovino do estado do Ceará representou quase 10% do rebanho bovino da região Nordeste do Brasil (IPECE, 2014). Já na produção de leite, apesar de uma queda em 2012 por conta da falta de chuva, o estado do Ceará é o terceiro maior produtor da região Nordeste, com mais de 13% da produção regional, ficando atrás dos estados da Bahia e Pernambuco, respectivamente. Paralelamente, o estado do Ceará foi um dos que mais comprou leite de outras regiões do Brasil nos últimos anos. Em 2012, o Ceará foi responsável por 18,9% da compra do total de leite da região Nordeste do Brasil (IPECE, 2014). Isso pode indicar para uma lacuna a ser preenchida na cadeia produtiva do leite, a qual demanda investimentos volumosos, sobretudo em plantas industriais no interior do estado onde estão suas principais bacias leiteiras, mas também em sistemas de irrigação que permitam a ampliação do cultivo de pastagens e plantas forrageiras que servem para complementação alimentar das vacas em lactação.

A produção de cabritos também é uma cultura importante para o Ceará. Neste setor, o Ceará é sede, no município de Sobral, do centro nacional de pesquisas em caprinos e ovinos. A unidade da Embrapa caprinos e ovinos em Sobral já trouxe inúmeras contribuições para as cadeias produtivas desse segmento no Ceará e no Brasil, através do melhoramento genético, técnicas de manejo zootécnico das pastagens, dentre outros. Apesar disso, o agronegócio de caprinos e ovinos ainda pode crescer, sobretudo nos aspectos de processamento, industrialização e inovação em processos e

produtos para alcançar novos mercados consumidores, qualidade diferenciada nos produtos e inserção em novos hábitos de consumo.

Na produção de mel, o Ceará vem apresentando forte crescimento, gerando renda, trabalho e articulando esse crescimento com a preservação ambiental na medida em que a atividade necessita de matas e áreas preservadas que dispõem de amplas florações para as abelhas coletarem pólen e produzirem mel. O mel, por si só, possui alto valor agregado, ampla aceitação no mercado interno e externo, além de estar alinhado com a perspectiva de alimento saudável e funcional que ainda deverá crescer significativamente no mercado consumidor externo e interno. Mesmo com as secas severas que muitas vezes faz a vegetação diminuir a quantidade de flores nas épocas de floração, o Ceará, em 2012, apresentou-se como maior produtor de mel da região Nordeste, com mais de 26% de participação no total produzido, aumentando as exportações do produto e o consumo regional-nacional (IPECE, 2014).

No abate inspecionado de suínos, o Ceará apresentou crescimento de mais 14% entre 2002 e 2012. Na região Nordeste, o estado se confirma como o maior abatedor de suínos, chegando a representar mais de 25% do total abatido na região (IPECE, 2014). No entanto, também é um setor produtivo que sofre com as secas, pois o suíno é um animal que bebe muita água e nos anos em que os volumes de chuva são muito baixos, os produtores se obrigam a abater os animais em maior quantidade com vistas a não perder os rebanhos inteiros por falta de água. Além disso, também há uma oferta menor de milho em anos de baixa precipitação, sendo o milho o principal cereal que compõe a base alimentar da suinocultura.

No agronegócio de frangos, o abate inspecionado no estado do Ceará apresentou crescimento expressivo, apesar de outros estados do Nordeste apresentarem crescimento ainda maior, fazendo com que no ano de 2012, o estado do Ceará figurasse como o quarto maior abatedor de frangos da região (IPECE, 2014). Por sua vez, no segmento de ovos de galinha, entre 2002 e 2012 o estado do Ceará apresentou crescimento de mais de 40% na produção, sendo o principal produtor da região Nordeste neste agronegócio. Entretanto, a produção de suínos e a de frangos passa por dificuldades no que diz respeito a dependência de milho e soja que são a base alimentar da ração desses animais. Em anos que as cadeias nacionais de milho e soja passam por dificuldades, o Ceará é drasticamente afetado por depender da produção de outros estados, o que acaba encadeando efeitos negativos também nos segmentos animais como os de suínos e frangos. Esses aspectos também evidenciam o gargalo no sistema nacional de transporte e logística de produtos agrícolas. Recentemente, com a retomada da construção da ferrovia Transnordestina, acredita-se que possa ser mais eficiente o transporte desses produtos para estados como o Ceará que não tem condições socioambientais adequadas, como outras regiões do Brasil, para produção autossuficiente desses segmentos (grãos).

Vale lembrar que os estoques reguladores de milho e soja da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) tem contribuído para que estados como o Ceará não fiquem totalmente desabastecidos de produtos básicos como soja e milho. Entretanto, o modal de transporte no Brasil que é majoritariamente rodoviário, ineficiente do ponto de vista da relação custo-benefício para longas distâncias, acaba se agravando e gerando novos problemas para o sistema de abastecimento de grãos nacional. Essa discussão pode ser rara nas regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil, que dispõem de produtores mais bem capitalizados, presença de inúmeras cooperativas que facilitam a negociação de produtos, seu processamento e a canalização do crédito agrícola para seus associados. Entretanto, é uma discussão muito importante em alguns estados que dispõem de agronegócios de origem animal pujantes e regimes de chuvas que variam muito, mas não são autossuficientes na produção de grãos, como é o caso do estado do Ceará.

Neste contexto, considerando os desafios naturais, de logística e de transportes, é importante salientar que os agronegócios do Ceará foram beneficiados pelo ciclo de desenvolvimento econômico tanto nacional quanto estadual ocorrido entre 2003 e 2013. Assim, o fortalecimento da economia neste período permitiu que os agronegócios também se desenvolvessem no estado. Por outro lado, a quase inexistência de crescimento econômico afetou alguns segmentos específicos dos agronegócios. Nas tabelas 4 e 5 é possível analisar a variação das quantidades produzidas dos principais agronegócios do estado do Ceará no período 2000-2023. Em comparação aos dados das tabelas 2 e

3, alguns segmentos foram suprimidos em razão de terem quase desaparecido do cenário produtivo do estado do Ceará. É o caso dos agronegócios de algodão (do tipo herbáceo e do tipo arbóreo), do café, da laranja e da tangerina. Por outro lado, o maracujá que não estava presente na tabela 1 foi inserido na tabela 3, em razão de ter apresentado forte crescimento na quantidade produzida após os anos 2000.

Tabela 4: quantidade produzida (em toneladas) dos principais agronegócios de lavouras temporárias e permanentes do estado do Ceará (2000-2023)

Tipo/Ano	2000	2005	2010	2015	2020	2023	Variação (%) entre 2000- 2023
Abacate	39.726	5.202	4.163	2.311	7.567	39.493	-0,05%
Amendoim	1.412	698	378	305	602	594	-137%
Arroz	148.363	88.824	63.868	24.601	16.394	19.245	-670%
Banana	37.068	363.025	445.169	385.028	431.017	421.320	936%
Batata doce	3.758	9.213	15.277	16.196	101.187	163.530	3.351%
Castanha de caju	47.737	66.090	39.596	52.118	85.177	63.258	32,5%
Cana de açúcar	1.791.802	1.787.126	2.306.004	906.912	588.109	556.369	-220%
Coco-da-baía	193.729	237.968	266.263	189.398	405.019	519.037	167%
Feijão	196.696	132.366	83.286	67.368	124.746	68.044	-189%
Limão	67.558	9.658	8.339	6.609	22.041	21.909	-208%
Mamão	39.428	57.741	102.878	94.487	152.558	117.272	197%
Mandioca	712.178	826.017	620.964	358.857	641.142	727.878	0,2%
Manga	152.881	38.181	46.840	45.259	48.173	42.596	-258%
Maracujá	180.946	40.261	159.886	93.079	199.725	154.167	-17%
Melancia	1.306	22.065	50.324	35.805	59.391	56.505	3.265%
Melão	44.338	117.937	153.161	111.487	73.838	65.887	48%
Milho	623.630	281.713	174.955	130.887	633.317	359.987	-73%
Tomate	88.348	94.482	114.564	95.128	177.575	184.799	109%

Fonte: IBGE/Sidra (2023). Organizado pelo autor

Vale mencionar que a produção do algodão, muito importante na história econômica e social do estado do Ceará já vinha apresentando forte declínio nos dados compilados na tabela 1, entretanto, na tabela 3, onde é considerado o período mais recente, tanto o algodão de tipo herbáceo quanto o de tipo arbóreo foi praticamente extinto do sistema produtivo dos agronegócios do Ceará, apresentando quantidades produzidas muito baixas se comparado aos dados do final do século XX, e ainda mais se comparado ao início do século XX e último quartel do século XIX. De maneira similar, o café foi outra cultura que apresentava forte decadência nos dados do final do século XX, tornando-se praticamente irrelevante nos anos 2000. Já nas frutas cítricas (laranja, tangerina e limão), a laranja tornou-se uma cultura irrelevante no ano de 2023, com pouco mais de 8 mil quilos produzidos em todo o estado do Ceará. A tangerina apresentou quantidade produzida em 2023 ainda menor, cerca de 3,5 mil quilos e o limão também figurou entre os agronegócios de menor relevância do estado, com apenas 21,9 mil quilos produzidos em 2023 e com uma queda de mais de 200% entre 2000-2023 (Tabela 3). Também chamou a atenção a acentuada queda na produção de manga, que era de quase 153 mil toneladas no ano 2000 e recuou para 42 mil toneladas em 2023, o que significou uma perda de 258% na produção. A produção de abacate passou por forte queda nos anos 2015 e 2020, mas recuperou-se em 2023 mantendo-se estável em comparação à produção do início dos anos 2000.

Também chamou a atenção o aumento expressivo na produção de melancia, que passou de 1.300 toneladas para mais de 56 mil toneladas. Esse aumento está atrelado ao crescimento das

exportações da fruta, assim como é o caso do melão e do mamão, além da abertura de novos mercados consumidores, especialmente na região metropolitana de Fortaleza. No caso do mamão, o crescimento no período foi de 197%, atingindo mais de 117 mil toneladas em 2023. O melão apresentou crescimento de 48% no período, atingindo mais de 65 mil toneladas no ano de 2023. O coco da baía também apresentou forte crescimento, saindo de 193 mil toneladas no ano 2000 para mais de 519 mil toneladas no ano de 2023, um crescimento superior a 160% no período, produto esse muito demandado nos setores de turismo e também no comércio para outras regiões do Brasil. A castanha do caju que é vulnerável aos regimes de chuva cresceu mais de 32%, atingindo mais de 63 mil toneladas no ano de 2023. Já a batata doce deu um grande salto, crescendo mais de 3.300% no período e atingindo mais de 163 mil toneladas no ano de 2023. A banana, por sua vez, também apresentou grande crescimento, saindo de 37 mil toneladas no ano 2000 para mais de 420 mil toneladas no ano de 2023, chegando próximo de 1.000% de crescimento no período.

Já nos agronegócios de grãos, com base na tabela 3, chama a atenção a queda na produção de amendoim, que se tornou uma cultura de pouca expressão em 2023 com apenas 594 toneladas produzidos. A produção de arroz passou por forte queda, saindo de quase 150 mil toneladas no ano 2000 para apenas cerca de 20 mil toneladas em 2023, uma queda de 670% no período. A produção de feijão também passou por forte queda, saindo de mais de 196 mil toneladas no ano 2000 para apenas 68 mil toneladas no ano 2023, representando uma queda de mais de 180% no período. A produção do milho, assim como os grãos já mencionados, depende muito do regime de chuvas, podendo ser fortemente afetada na quantidade produzida de um ano para outro. Nos dados da tabela 3, no ano 2000 foram produzidas mais de 623 mil toneladas de milho no Ceará, sendo que no ano 2023 essa quantidade foi de 360 mil toneladas, uma queda de 73%. Por afim, a produção de cana de açúcar, atualmente muito concentrada nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, apresentou queda de produção no estado do Ceará, passando de quase 1,8 milhão de toneladas no ano 2000 para pouco mais de 500 mil toneladas no ano de 2023, o que representou uma queda de 220% no período.

Portanto, os agronegócios de lavouras temporárias e permanentes do estado do Ceará apontam para diferentes estágios de desenvolvimento. No caso do amendoim, arroz, cana de açúcar, feijão, limão e manga, ocorreram fortes quedas nas quantidades produzidas. No caso do milho, maracujá, mandioca, castanha de caju e abacate; pode-se dizer que ocorreu uma estabilidade na produção. E no caso da banana, batata doce, coco da baía, mamão, melancia, melão e tomate, ocorreram ganhos de produção importantes, levando a pensar que, ao continuarem na perspectiva apresentada na tabela 3, esses agronegócios tendem a se consolidar no sistema produtivo da agropecuária do Ceará nos próximos anos.

Por outro lado, os agronegócios de origem animal apresentaram situação distinta dos agronegócios de grãos e frutas (lavouras temporárias e permanentes). Para analisar os principais produtos de origem animal, apresenta-se a tabela 4, com as quantidades produzidas para o período 2000-2023.

Tabela 4: quantidade produzida dos principais agronegócios de origem animal do estado do Ceará (2000-2023)

Tipo/Ano	2000	2005	2010	2015	2020	2023	Variação (%) entre 2000-2023
Leite (mil litros)	331.873	367.975	444.144	489.257	871.529	1.135.748	242%
Ovos de galinha (mil dúzias)	88.100	95.985	125.176	144.122	245.035	290.331	229%
Mel de abelha (kg)	654.791	2.311.626	2.760.342	1.357.080	3.897.743	5.703.654	771%
Bovinos (cabeças)	2.205.954	2.299.233	2.546.134	2.516.197	2.552.916	2.772.173	25%
Equinos (cabeças)	134.577	139.782	138.346	135.046	125.845	135.188	0,04%
Suínos (cabeças)	1.025.109	1.089.530	1.167.731	1.268.342	1.208.834	1.278.548	25%
Caprinos (cabeças)	789.894	931.634	1.024.594	1.115.888	1.164.677	1.156.632	46%
Galináceos (cabeças)	20.812.713	22.118.707	25.415.219	28.258.791	33.562.449	37.303.834	79%

Fonte: IBGE/Sidra (2023). Organizado pelo autor

Conforme a tabela 4, diferentemente dos agronegócios de lavouras permanentes e temporárias (frutas e grãos), nos agronegócios de origem animal, nenhum segmento da tabela 3 apresentou variação negativa no período 2000-2023. Entretanto, chamou a atenção o salto na quantidade produzida apresentado na produção de mel de abelha, que era de 655 mil quilos no ano 2000 e passou para 5,7 milhões de quilos produzidos no ano de 2023, representando um aumento de 771%. Como já salientado, o mel da caatinga tem um diferencial natural em relação a outras regiões do Brasil, onde as abelhas podem aproveitar o pólen das flores de plantas que são exclusivas da caatinga e fazem sua florada em diferentes épocas do ano. Esse mel possui propriedades diferenciadas e é amplamente aceito no mercado nacional, mas também despertou interesse de muitos consumidores estrangeiros, especialmente de países europeus. Neste sentido, boa parte dessa produção é exportada a partir do momento em que se desenvolveu no Ceará um processo produtivo que envolve a extração, limpeza e o processamento do mel em vasilhames que atendam às exigências desse mercado consumidor internacional. Assim, na medida em que houver a permanência da vegetação originária da caatinga, pode-se dizer que a produção do mel tende a crescer ainda mais nos próximos anos, em razão das características peculiares das floradas da caatinga.

Outros agronegócios que apresentaram crescimento importante foi o da produção de leite e o de ovos de galinha. No caso do leite, a produção passou de 332 mil litros no ano 2000 para mais de 1,1 milhão de litros em 2023, o que representou um aumento de 242% no período. Na produção de ovos de galinha o salto foi de 88 mil dúzias no ano 2000 para mais de 290 mil dúzias no ano de 2023, representando o crescimento de 229%. Tanto o segmento de ovos de galinha quanto o de leite está relacionado com a expansão dessas atividades, aumento nos investimentos para máquinas e equipamentos, maior acompanhamento zootécnico dos serviços agropecuários municipais e estadual e o aumento da capacidade de processamento desses agronegócios no estado. Arelado a isso, está a maior inserção dos produtos nos mercados locais, especialmente na região metropolitana de Fortaleza, onde atualmente é comum encontrar nos supermercados leite e ovos de galinha produzidos e processados no próprio estado do Ceará.

O agronegócio de frangos (galináceos) também apresentou crescimento, saindo de 20,8 milhões de cabeças no ano 2000 para mais de 37 milhões ano 2023, um aumento de quase 80% no

período. Já o rebanho de caprinos saltou de 788 mil cabeças no ano 2000 para mais de 1,15 milhão de cabeças no ano 2023, o que significou um aumento de 46% neste segmento, muito utilizado para a produção de carnes e derivados, mas também para o aproveitamento do couro utilizado pela indústria de calçados, bolsas e outros produtos.

Nos agronegócios de suínos e bovinos ocorreu crescimento de 25% no número de cabeças no período 2000-2023. Nos suínos o rebanho total passou de 1,02 milhão de cabeças no ano 2000 para 1,27 milhão no ano 2023, já o rebanho bovino passou de 2,2 milhões para 2,77 milhões no mesmo período. Por fim, ainda com base nos dados da tabela 4, o agronegócio que apresentou menor crescimento no rebanho foi o de equinos, com crescimento de 0,04% no período 2000-2023, passou de 134 mil cabeças para 135 mil cabeças.

Em termos gerais, pode-se afirmar que os agronegócios e as atividades atreladas a eles, bem como a emergência de novas atividades fizeram emergir, no estado do Ceará, especializações e diversificações produtivas. Essas especializações e diversificações produtivas contribuíram para a formação de economias de aglomeração (Tinoco, 2003) em diferentes regiões do estado, atreladas aos aspectos produtivos dos agronegócios. Nas economias de aglomeração, os agronegócios têm papel importante, mas também entra o desempenho dos setores da indústria, do comércio e dos serviços, que conjuntamente afetam o desempenho dos PIBs municipais, regionais e do próprio estado. Ademais, a diversificação e especialização produtivas nas aglomerações econômicas que se formam nas diferentes regiões do estado do Ceará, também impactam na dinâmica populacional, na medida em que se formam aglomerados produtivos capazes de atrair mão de obra e investimentos. Os agronegócios, inevitavelmente, fazem parte desse processo que é dinâmico, ou seja, está em constante processo de transformação, modificando a organização espacial das atividades econômicas. A exploração desses aspectos, no entanto, deve ficar para um próximo texto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Ceará, ao longo da sua evolução geoeconômica, assentou-se no dinamismo dos agronegócios (algodão e café, pecuária, frutas, hortaliças e grãos). Esses agronegócios foram originados no processo de ocupação do estado, que remonta aos séculos XVII e XVIII, dando origem a estradas, vilas e cidades em diferentes pontos do sertão cearense. São agronegócios que passaram por profundas transformações, sobretudo a partir de 1960, ao redefinirem suas características e as suas estruturas técnico-produtivas. Essas transformações tiveram impactos diretos nas dinâmicas econômica, demográfica, social, política e cultural dos espaços rural e urbano do estado como um todo.

Embora seja possível afirmar que em razão da histórica escassez hídrica e do baixo grau de industrialização da economia do Ceará os agronegócios se modernizaram tardiamente no estado, também é possível afirmar que o crescimento populacional da região metropolitana de Fortaleza demandou o surgimento e a ampliação produtiva de diferentes agronegócios. São agronegócios que, durante as décadas de 1980 e 1990 foram obrigados, por conta da severa crise econômica imposta pela adesão das políticas neoliberais no Brasil, a implementar processos de reestruturação técnico-econômica, induzindo cidades a funções e especializações, decorrentes das demandas dos agronegócios. Como exemplo pode ser citado a cidade de Limoeiro do Norte, no vale do Jaguaribe, que se especializou em atender demandas dos agronegócios de melão, mamão e melancia. Ademais, é importante sinalizar que essas mudanças não foram decorrentes pura e simplesmente de uma demanda estadual ou nacional por produtos alimentares, mas também por uma demanda estrangeira, sobretudo no que se refere à produção de frutas e mel, muito requisitados nos mercados europeus como França, Holanda e Portugal.

A partir de 2003, quando o Brasil entra em um novo ciclo de crescimento da economia nacional, o estado do Ceará apresentou, na maioria dos seus indicadores, forte crescimento, como por exemplo, o PIB estadual e de seus municípios, o PIB per capita, a expansão do consumo e da produção, o aumento no número de empregos e o crescimento através da consolidação e da emergência de novas atividades produtivas. Essa dinâmica geoeconômica teve impacto direto na redistribuição

demográfica e na estrutura urbana e regional do estado do Ceará. Neste sentido, os agronegócios do estado do Ceará não são um conjunto de atividades que devem ser analisadas a parte da dinâmica geoeconômica estadual, eles necessitam ser entendidos como parte integrante da dinâmica produtiva estadual, haja vista que passaram por especializações e diversificações econômicas que contribuíram para a formação de diferentes economias de aglomeração, quer seja no núcleo metropolitano de Fortaleza, quer seja nas diferentes regiões produtivas do estado. A este respeito, será depositada maior atenção em um próximo texto.

5. REFRÊNCIAS

ASSIS, R. J. S. A; SAMPAIO, J. L. F. Formação territorial do Ceará: dos caminhos antigos aos projetos ferroviários (1817-1877). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia-GO, v. 32, n. 2, p. 139-157, 2012.

BANCO DO NORDESTE. **Crédito para a agricultura familiar**. 2024. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agricultura-familiar/credito>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BARBOSA, Nelson. **Dez anos de Política Econômica**. In: Dez anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma. Rio de Janeiro: Flacso, 2013. p. 60-106.

BIELSCHOWSKY, R. **Estratégia de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil**: um desenho conceitual. In: Texto para Discussão. n. 1828, Brasília, IPEA, 2013.

CONTINI, E. et al. **Evolução recente e tendências do agronegócio**. Revista de Política Agrícola, Brasília, CONAB, ano XV, n. 1, jan.-fev.-mar. 2006, p. 5-28.

ELIAS, Denise. **Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos**: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GIRÃO, R. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Programa Editorial Caso José de Alencar, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Unicamp, 1998.

GONÇALVES, J. S. **Agricultura sob a égide do capital financeiro**: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. Informações econômicas, São Paulo, IEA, v. 35, p. 7-36, abr. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>. Acesso em: 04 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população do Ceará**. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 24 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária Municipal**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2023>. Acesso em: 23 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas nacionais: produto interno bruto: 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2024.

IPECE. **Desenvolvimento econômico do Ceará**: evidências recentes e reflexões. Flávio Ataliba F. D. Barreto, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes. Fortaleza: IPECE, 2014. 402 p.

IPECE. **Previsão para o PIB 2024**. Fortaleza: IPECE, 2024. 15p. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/pib-trimestral/>. Acesso em: 20 set. 2024.

MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo: ACCESS, 1999. 285 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PINHEIRO, Francisco José. **Mundos em confrontos**: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de. Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PUNTONI, F. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo. Edusp/Hucitc, 1998.

SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzacchiello da; TÉRCIA, C. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 13-31, 2005.

TINOCO, A. De aglomeração às externalidades dinâmicas de conhecimento: por uma releitura de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, Recife, UFPE 2003.